



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ISMAR MARQUES

PROJETO DE LEI N. 24/2005.

APROVADO

Conceição de Maria Leite Galvão
Chefe do Núcleo Redação de textos

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 05/04/2005

“Reconhece de utilidade pública a Associação
Dos deficientes de Luzilândia – ADELUZ e
Dá outras providências”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º - E' reconhecida de utilidade pública a Associação dos Deficientes de
Luzilândia – ADELUZ, inscrita no CNPJ 06.324.468/0001-18, com sede na cidade de Luzilândia.;

Art. 2º - Ficam garantidos à entidade constante do artigo primeiro desta Lei
todos os benefícios assegurados às entidades sem fins lucrativos.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, aos 05 de
abril de 2005.

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a

Rônia D. Cunha Carvalho
Diretora Legislativa

ISMAR MARQUES
Deputado Estadual

Origem	L-606/05
Matrícula	
Número	05/04/05
Rubrica	
Proj. Lei	
Assunto	
Assunto	
Matrícula	
Data	
Rubrica	
Número	
Matrícula	
Origem	

03
ADELUZ

Associação dos Deficientes de Luzilândia
Luzilândia -Piauí

Ofício nº001/2005

Luzilândia(PI), 09 de janeiro de 2005

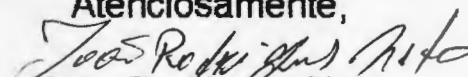
Ao
Gabinete do Dep. Ismar Marques
Assembléia Legislativa
Teresina - Piauí

Exmo. Sr. Deputado,

Apresentando-lhe cumprimentos, vimos solicitar a V.Exa., se possível lançar no Diário Oficial do Estado, a minuta do estatuto de nossa entidade, como também requerer ao plenário da Assembléia Legislativa que reconheça a mesma como sendo de utilidade pública.

Segue em anexo a documentação de constituição da entidade.

Atenciosamente,



João Rodrigues Neto
-Presidente-

Exmo Sr.
Dr. Ismar Aguiar Marques
DD- Deputado Estadual
Teresina - Piauí

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.324.468/0001-18	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/06/2004
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS DEFICIENTES DE LUZILANDIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADELUZ			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO AVENIDA PORTO ALEGRE		NÚMERO 1309	COMPLEMENTO
CEP 64.160-000	BAIRRO/DISTRITO NINGA	MUNICÍPIO LUZILANDIA	UF PI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/06/2004	
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 24/06/2004 às 15:31:28 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PIAUÍ

Comarca de Luzilândia

Cartório do 1º Ofício, Notas e Registro de Pessoas Jurídicas

rua Cel. Egídio, nº 702 (Fórum) - fone (031 - 86) 393-1791 e 94122809

João Francisco de Carvalho Neto - 1º Tabelião

José de Arimatea Silva e Sousa - Escrevente

CERTIDÃO

CERTIFICO

que, no livro A nº 2 (A número Dois) - Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca, às folhas - 61v (sessenta e uma verso) consta a transcrição do Registro sob número de ordem - 256 (duzentos e cinquenta e seis) datado de 21 de maio de 2004; o qual me foi requerido por Certidão que é do teor seguinte:- Ata da Fundação e Extrato do Estatuto.

DENOMINAÇÃO:- "Associação dos Deficientes de Luzilândia - ADELUZ", fundada em, 25/03/2004, é uma entidade filantrópica e civil, de caráter privado e sem fins lucrativos, que não distribui entre os membros da Diretoria bônus, rendimentos ou outro tipo de proventos, criada por tempo indeterminado, com sede e foro nesta Cidade; com a finalidade de prestar assistência, apoio e promoção ao deficiente físico, na conformidade de seu Estatuto e do Regimento Interno. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não respondem, individualmente, pelas obrigações contraída em nome da ADELUZ. **DIRETORIA EXECUTIVA. PRESIDENTE:-** **JOÃO**

RODRIGUES NETO, Identidade nº 325.277-SSP-PI; CPF - 259.945.903-63; Vice - Presidente:- Domingos Nunes de Sousa; 1º Secretário:- Gesiel Pereira Franco; 2º Secretário:- Raimundo Pereira Franco; 1º Tesoureiro:- Hertemildo Silva Braga; 2º Tesoureiro:- José Custódio Vieira; Diretor Social:- José Carlos da Cruz Silva. Conselho Fiscal. Membros Efetivos:- a)- Antônio Martins da Silva; b)- João Aureliano Dias; c)- Bernardo Pereira Mata; Membros Suplentes:- a)- Domingos Damião da Silva; b)- Orlando Pinto Sales da Silva; c)- Joel da Silva Sales. Registro feito por determinação judicial, de, 20-05-04, em autos de processo que ficam arquivados neste Cartório pela Dra. Lucicleide Pereira Belo. Era o quanto se continha no livro e folhas ao começar declarados e em meu poder e Cartório, que bem para aqui o transcrevi do próprio original; o qual me reporto e dou fé.

O referido é verdade e dou fé.

Luzilândia (PI) 28 de maio de 2004.

José de ARIMATEA Silva e Sousa
Escrevente do Registro

Artório "João Melo de Carvalho

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Arimatea Silva e Sousa

Escrevente Comprossado

Luzilândia - Piauí

06

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE LUZILÂNDIA
ADELUZ

ESTATUTO

CAPITULO I

DA SEDE, FORO E AS FINALIDADES

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE LUZILÂNDIA, abreviadamente denominada A D E L U Z, criada em 25.03.2004, é uma entidade filantrópica e civil, de caráter privado e sem fins lucrativos, que não distribui entre os membros da Diretoria bônus, rendimentos ou outro tipo de proventos, criada por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Luzilândia, Estado do Piauí, com a finalidade de prestar assistência, apoio e promoção ao deficiente físico, na conformidade do presente Estatuto e do Regimento Interno, que será submetido, no prazo de 120(cento e vinte) dias, a partir da publicação deste, à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 2º- Considera-se deficiente, para efeito de percepção de assistência por parte da ADELUZ, exclusivamente o portador de deficiência comprovada.

Parágrafo Único- São condições para ingresso do deficiente na ADELUZ:

I - ser possuidor de deficiência comprovada;

Art. 3º- A ADELUZ, para cumprimento de suas finalidades, se obriga a:

I- compreender melhor o problema do deficiente físico e a cooperar com as entidades interessadas nas soluções;

II- estimular o trabalho artesanal dos deficientes físicos através de ensinamentos, exposições, cooperativas e medidas consideradas apropriadas;

III- facilitar o intercâmbio entre associação congêneres de iniciativa privada ou pública, existente no Brasil;

IV- manter a publicação de boletim informativo sobre os trabalhos que realizar;

V- promover junto aos órgãos oficiais, a obtenção de medidas legislativas e administrativas, visando a proteger os interesses do deficiente físico.

VI- colaborar na promoção do bem-estar social e ajustamento social do deficiente de todas as idades, onde quer que estejam, em casa, no trabalho, na comunidade, nas instituições e nas escolas públicas, particulares e religiosas;

VII- contribuir para formação e treinamento do pessoal engajado na educação e tratamento do deficiente;

VIII- articular o desempenho de órgãos públicos e privados que, direta e indiretamente, tenham ligação e afinidade com seus objetivos;

IX- facilitar o estágio de estudante da categoria sem qualquer ônus, com expedição de certificado relativo ao período;

X- promover a realização de cursos, seminários, congressos, palestras e mesas redondas para técnicos, auxiliares e pessoas interessadas na recuperação do deficiente.

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º- São associados da ADELUZ os que preencherem as formalidades estabelecidas neste Estatuto.

Art. 5º- Os associados pertencem às seguintes categorias:

I- **fundadores:** os que tenham assinado a ata de fundação;

II- **beneméritos:** os que prestarem contribuição valiosa em recurso materiais ou realizarem a prestação comprovada de serviços relevantes;

Artório João Melo de Carvalho
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis
João Francisco de Carvalho Neto
Advogado Público
José de Arimateia Silva e Sousa
Escritor Compromissado
Luzilândia - Piauí

07

III-efetivos e contribuintes: os que, propostos por dois associados, tiverem seu ingresso aprovado pela Assembléia Geral; e contribuam mensalmente com recursos para a Entidade.

§ 1º- São direitos dos associados:

- a)participar das Assembléias gerais, votar e ser votado;
- b)utilizar todos os serviços oferecidos pela ADELUZ;
- c)participar de todos os eventos que venham a compor a programação da ADELUZ;
- d)solicitar afastamento voluntário do quadro social desta Associação;
- e)sugerir aos órgãos da administração da Associação medidas capazes de concorrer para a melhoria dos serviços prestados e promover o desenvolvimento da ADELUZ;

§ 2º- São deveres dos associados:

- a)pagar, na data aprazada, as contribuições devidas a ADELUZ;
- b)cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as resoluções emanadas da Diretoria e da Assembléia Geral;
- c)comparecer à Assembléia Geral;
- d)colaborar com a administração da Associação, pregando pela grandeza e pelo progresso da ADELUZ;
- e)exercer com zelo e dedicação, observar os princípios da ética e da moral, quando no exercício de cargos ou funções que lhe sejam confiados por eleição ou designação.

§ 3º- Anualmente , na oportunidade da realização da Assembléia Geral Ordinária, será estabelecido o quantum da contribuição financeira dos associados.

CAPITULO III

DO PATRIMÔNIO

Art. 6º- O Patrimônio da ADELUZ será constituído de bens móveis, imóveis, das contribuições dos associados, das doações de particulares e de subvenções do poder público, além de quaisquer outros recursos que lhe venham a se destinado.

Art. 7º- O exercício financeiro da ADELUZ será de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano.

Art. 8º- A Diretoria obriga-se a, todo mês levantar o balancete de receita e despesas da Entidade e, anualmente , o balanço geral, prestando contas de suas atividades aos associados reunidos em Assembléia Geral.

Art. 9º- No caso de dissolução da ADELUZ, autorizada em Assembléia Geral, o seu patrimônio Será destinado a entidade congênere ou de finalidade filantrópica , registrada no Conselho Nacional de Serviços Sociais- CNSS.

CAPITULO IV

DA CONSTITUIÇÃO E DE SEUS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS

Art. 10º – São órgãos de deliberação, fiscalização e administração da ADELUZ:

- I- a Assembléia Geral;
- II- o Conselho Fiscal;
- III- a Diretoria Executiva.

Parágrafo Único: Os cargos da Diretoria serão ocupados somente por pessoas portadoras de deficiência.

Artório " João Melo de Carvalho

1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Arimateia Silva e Sousa

Escritor Compromissado
União - Piauí

Art. 11º- A Diretoria Executiva será composta de:

- I- Presidente
- II- Vice-Presidente
- III- 1º Secretário
- IV- 2º Secretário
- V- 1º Tesoureiro
- VI- 2º Tesoureiro
- VII- Diretor Social

Parágrafo único – Os membros da Diretoria não receberão nenhum tipo de remuneração da ADELUZ pelo trabalho que desenvolverem para este fim.

Art. 12º- O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 13º- A Assembléia Geral constituir-se de todos os associados qualificados na forma deste Estatuto e, rigorosamente quítes com suas obrigações sociais e, que estejam em pleno gozo de seus direitos e obrigações.

CAPITULO V

DA COMPETENCIA DOS ÓRGÃOS CONSTITUIDOS

Art. 14º- A Assembléia Geral, órgão soberano da ADELUZ, será composta dos associados no gozo de seus direitos associativos e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta, e, em Segunda convocação, que será uma hora depois da primeira, com qualquer número de associados.

Art. 15º- À Assembléia Geral compete:

- I- eleger a Diretoria e o conselho Fiscal;
- II- empossar a Diretoria e o conselho Fiscal;
- III- fixar as taxas, mensalidades e/ou anuidades dos associados;
- IV- proceder ao exame das atividades da Diretoria da Sociedade e à prestação de contas anual, manifestando-se sobre as mesmas;
- V- determinar, através de resoluções, a orientação, a ser seguida pela Sociedade, relativamente a iniciativas que interessem aos deficientes;
- VI- decidir sobre a liquidação da Associação e o destino dos seus bens, com o quorum mínimo de 2/3;
- VII- deliberar sobre a exclusão de qualquer associado, inclusive ocupante de cargo diretivo, que venha a violar qualquer norma estabelecido por este Estatuto.

Art. 16º- A Assembléia Geral reunir-se-á:

- I- ordinariamente, no terceiro sábado de cada mês, para tomar conhecimento do relatório, balanço e prestação de contas da Diretoria;
- II- extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Conselho Fiscal, Diretoria Executiva ou, pelo menos, um terço (1/3) dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 17º- Ao Conselho Fiscal, eleito para um período de dois anos, compete:

- I- examinar os livros e documentos da ADELUZ, bem como balancetes, balanços e relatórios da Diretoria, emitindo o competente parecer destinado à Assembléia Geral e que deverá constar às atas de suas reuniões;
- II- lavrar atas relativas às reuniões que realizar;
- III- convocar a Assembléia Geral, quando a Diretoria não o fizer na época oportuna.

Antônio João Melo de Carvalho

1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Arimateia Silva e Sousa

Escritor Compromissado

Juzizinho - Piauí

09

Parágrafo único – As vagas ocorridas no Conselho Fiscal serão preenchidas por associado escolhido na primeira Assembleia Geral que realizar-se, ou, para esse fim convocada, se indispensável a providência.

Art. 18º – A Diretoria Executiva, eleita para um período de dois anos e representada por seus membros, compete:

I- ao presidente:

- a) representar a ADELUZ em juízo ou fora dele;
- b) assinar, juntamente com o tesoureiro, cheques bancários, recebidos e demais documentos necessários à movimentação patrimonial da Associação;
- c) nomear o pessoal técnico e auxiliares aos fins da Associação, cuja admissão tenha sido aprovada pela Diretoria;
- d) autorizar as despesas necessárias à consecução dos fins sociais;
- e) presidir as reuniões da Diretoria.

II- ao vice-presidente :

- substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais.

III- ao 1º Secretário :

- dirigir a Secretaria ; redigir ou mandar redigir as atas e subscreve-las; providenciar o expediente; guardar e zelar os papeis, livros e documentos de seu cargo e praticar, enfim outros relativos à sua função.

IV- ao 2º Secretário : substituir o 1º Secretário em todas as suas faltas e impedimentos.

V- ao 1º Tesoureiro :

- Guardar os valores da Sociedade; arrecadar as contribuições dos sócios; receber as subvenções; movimentar os sócios; movimentar os fundos sociais, assinando, juntamente com o Presidente, os cheques bancários e documentos necessários, inclusive sobre alteração patrimonial; realizar o pagamento das despesas autorizadas pelo Presidente, e apresentar, mensalmente, balancete de receitas e despesas.

VI- ao 2º Tesoureiro :

- substituir o 1º Tesoureiro em todas as suas faltas e impedimentos.

VII- ao Diretor Social :

- representar a Sociedade em solenidades, quando autorizado pelo Presidente.

Art. 19º Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida pelas instruções eleitorais.

Art. 20º As eleições se processarão no terceiro sábado de janeiro, de dois em dois anos, onde, o presidente terá direito a concorrer a reeleição e só poderão votar e ser votados os associados quites com suas obrigações sociais.

§ 1º A posse dos eleitos será no terceiro sábado do mês seguinte às eleições.

§ 2º As vagas ocorridas na Diretoria serão preenchidas por um associado escolhido na primeira Assembleia Geral que realizar-se, ou, para esse fim convocada, se indispensável a providência.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não respondem, individualmente, pelas obrigações contraídas em nome da Entidade.

Art. 22º Os cargos da diretoria e do Conselho Fiscal serão exercidos, gratuitamente, não cabendo a nenhum dos titulares, em qualquer hipótese,

Artório * João Melo de Carvalho
1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis
João Francisco de Carvalho Neto
José de Arimatea Silva e Sousa
Escritor Compromissado
Luziândia - Piauí

10
gratificações , remuneração ou outras vantagens sendo os seus serviços considerados relevantes.

Art. 23º- Este Estatuto só poderá ser alterado no todo, ou em parte, mediante proposta da Diretoria aprovada pela Assembléia Geral dos associados , reunidos conforme os arts. 14 e 16 deste estatuto.

Luzilândia(PI) , 25 de Março de 2004.

Diretoria:

Firme Reconhecida
Cartório 1º Ofício

Presidente: João Rodrigues Neto

Vice-Presidente: Domingos Nunes de Sousa

1º Secretário: Gesiel Pereira Franco

2º Secretário: Raimundo Pereira Franco

1º Tesoureiro: Hertenildo Silva Braga

2º Tesoureiro: José Custodio Vieira

Diretor Social: José Carlos da Cruz Silva

Conselho Fiscal:

Membros Efetivos:

1º Antonio Martins da Silva

2º João Aureliano Dias

3º Bernardo Pereira Mata

Membros Suplentes:

1º Domingos Damião da Silva

2º Orlando Pinto Sales da Silva

3º Joel da Silva Sales

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Reg. no Livro AN 2 no fis. 614
Sub o nº 256 deu fé.
Luzilândia(PI), 25/03/04.

Ofício Registro

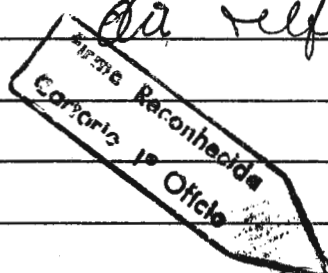
Reconheço Firma (s) da: João Roberto
João Melo
Dou fé
Em test. da verdade
Luzilândia(PI), 25/03/04
João Francisco de Carvalho Neto
1º Tabelião Público

Cartório "João Melo de Carvalho"
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis
João Francisco de Carvalho Neto
1º Tabelião Público
José de Arimatea Silva e Sousa
Escritor Compromissado
Luzilândia - PI

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 50 (cinquenta) folhas numeradas tipograficamente da n.º 01 a n.º 50 e servirá de livro próprio de registros dos Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Associação dos Deficientes de Luzilândia - ADELUS, como também servirá para registrar as reuniões da Diretoria Executiva, da referida entidade.

Luzilândia - PR, 25/03/2004.



Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Reg. no Livro ANº 2 no fls. 614
Sub o nº 256 deu fé
Luzilândia (PR) 25/03/04

Reconheço Firma (s) de: João Francisco de Carvalho Neto
Doutor
Em test. João Francisco de Carvalho Neto da verdade
Luzilândia (PR) 25/03/04

Ofício Registro

João Francisco de Carvalho Neto
1º Tabelião Público

Artório João Melo de Carvalho
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto
1º Tabelião Público

José de Arimatea Silva e Sousa
Escritor Compromissado
Luzilândia - PR

LISTA DE PRESENÇA DOS DEFICIENTES DA 2
CIDADE DE LUZILÂNDIA - PI NA ASSEMBLEIA
GERAL DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS
DEFICIENTES DE DE LUZILÂNDIA - PI. ADELUZ.

- ~~Antônio da Silva~~
- ~~Antônio da Silva~~
- JOSE PEDRO DA COSTA PORTACIO
- HERTEMILDO SILVA BRAGA
- ~~Neziferes Sales Silva~~
- ROBERTO CARLOS MARQUES SILVA
- José Ribamar Ribeiros Silva
- Oliveira Xuxus de Albuquerque Neto
- Luzias Lima Silva
- Antonio Martins da Silva
- M^{re} • Antonia de Sousa
- Francisco das Chagas Silva
- João Fernandes de Sousa
- José Alves Gomes
- Joaquim Lourenço Silva
- Domingos Costa Araújo
- Domingos Damiano da Silva
- Ramundo Norato Bezerra
- João Angeliano Dias
- Gilberto dos Santos
- Camêloes Soares de Sousa
- Giseli Pereira Franco
- Ramundo Pereira Franco
- Bernado Pereira Neto
- José Carlos Vieira
- José Manoel de Faria
- Maria do Rosário Ferreira Mesquita
- Manoel Estevão Rodrigues
- Orlando Pinto da Silva

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE LUZILÂNDIA - PIAUÍ - ADEFUZ.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e quatro (25-03-2004), às 19:00h reuniram-se os deficientes físicos de Luzilândia - Piau, no prédio do Centro Recreativo Municipal de Luzilândia - Pí, que fica à fiação João José Filho, nesta cidade, para fundar como de fato fundaram a Associação dos Deficientes de Luzilândia - Pí, que será conhecida abreviadamente por ADEFUZ. A presente assembleia geral foi presidida pelo Senhor João Rodrigues Neto, vulgo João Alejo, que no início após conferir número legal, explanou aos presentes a finalidade daquela assembleia geral, explanando verbalmente que se tratava da fundação de uma entidade representativa dos deficientes de nossa cidade que objetivaria a busca dos direitos e mais respeito aos deficientes de todas as categorias de nosso município. Em seguida conheceu o Senhor Oliveira Ximenes de Albuquerque Neto para lhe secretariar nos trabalhos nesta assembleia geral. Logo após aclamou dos presentes se concordariam ou não com a fundação da entidade representativa dos deficientes de nosso município e obteve aprovação unânime dos presentes. Em seguida explicou que toda entidade necessita de um estatuto que o regeria a mesma e apresentou uma proposta de estatuto que divulgou aos presentes, sendo discutidos todos os seus artigos, parágrafos, alíneas e etc. Ao final

sendo aprovado o qual foi digitado e enco-
lta-se em arquivos à disposição de todos os
associados e demais interessados. Após a fun-
dação da Associação e aprovação do estatuto
o senhor João Rodrigues Neto, presidente da
Assembleia geral, comentou aos presentes que
toda entidade depois de fundada precisa de
uma diretoria executiva para conduzir os
trabalhos à frente da mesma e isto está
previsto no estatuto que é o documento re-
gulamentador dos procedimentos da entidade.
De, em seguida apresentou uma propos-
ta para uma chapa para diretoria com
a seguinte composição: presidente: João Ro-
drigues Neto. Vice-presidente: Domingos Nunes de
Souza. 1º Secretário: Gesel Pereira Franco; 2º se-
cretário: Raimundo Pereira Franco; 1º Terceiro: Hor-
têncio Silva Braga; 2º Terceiro: José Custódio
Vieira. Diretor Social: José Carlos da Cruz Silva.
CONSELHO FISCAL: membros Efetivos: Antônio Mar-
tins da Silva, João Aureliano dos Bernardes
Pereira. Membros Suplentes: Domingos An-
nias da Silva, Orlando Pinto Sales da Silva
e Joel da Silva Sales. Após a apresentação da
proposta da chapa acima mencionada, o
senhor presidente indagou dos presentes se ha-
via alguma outra pessoa interessada em regis-
trar uma outra chapa e ninguém se mani-
festou, desta forma existindo apenas uma chapa.
O senhor presidente passou a proceder o proce-
so eleitoral e petizou o voto por aclama-
ção, pois se trata de uma chapa con-
sensual, sendo que ao consultar os presentes
se aprovavam ou não os nomes nos cargos
acima, obteve apoio inequívoco de todos e em
seguida declarou eleito e empossado

Maria do Rosário Ferreira Mesquita

4

14

Francisca Ferreira Machado

Maria do Socorro dos S. Lima

Manoel Antonio Rodrigues

Orlando Pinto da Silva

José Carlos da Cruz Silva



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA <i>an</i>	FLS Nº 23
ANEXOS	NÚMERO AL-606/05

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTADA

Publicação de matéria

de 13 (treze) laudas,

Em 07/04/05

Mesquita
Funcionário

IV. DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se à *Diretoria*
Legislativa

Em 07/04/2005

Roberto Sampaio
Conceição de Maria Pádua Sampaio
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a *Redação*
de Atos

pp Alício
Rênia D. Eulálio Carvalho
Diretora Legislativa
Kênia
Diretora Legislativa

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se à <i>Diretoria</i> <i>Legislativa</i>
Em 13/abril/2005
<i>Alício</i> Conceição de Maria Leite Goleão Chefe do Núcleo Redação de Atos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se à *Comissões*
Técnicas

pp Alício
Rênia D. Eulálio Carvalho
Diretora Legislativa

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se à <i>Diretoria</i> <i>Legislativa</i>
Em 28/junho/2005
<i>Alício</i> Conceição de Maria Leite Goleão Chefe do Núcleo Redação de Atos

PROVIDENCIADO

Em 01/07/05

pp Alício
Chefe da Seção de Autógrafos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se ao *Autógrafo*

pp Alício
Rênia D. Eulálio Carvalho
Diretora Legislativa

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a *secretaria geral de*
mesa.

pp Alício
Rênia D. Eulálio Carvalho
Diretora Legislativa



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 14/04/05

Elisângela
Vereadora de Maria Helena Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Leandro Elias

para relatar

Em 14/04/05

Paulo José
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO IRMÃO ELIAS

Parecer Nº /2005
Comissão de Constituição e Justiça
Matéria: Projeto de Lei - AL - Nº 24/05

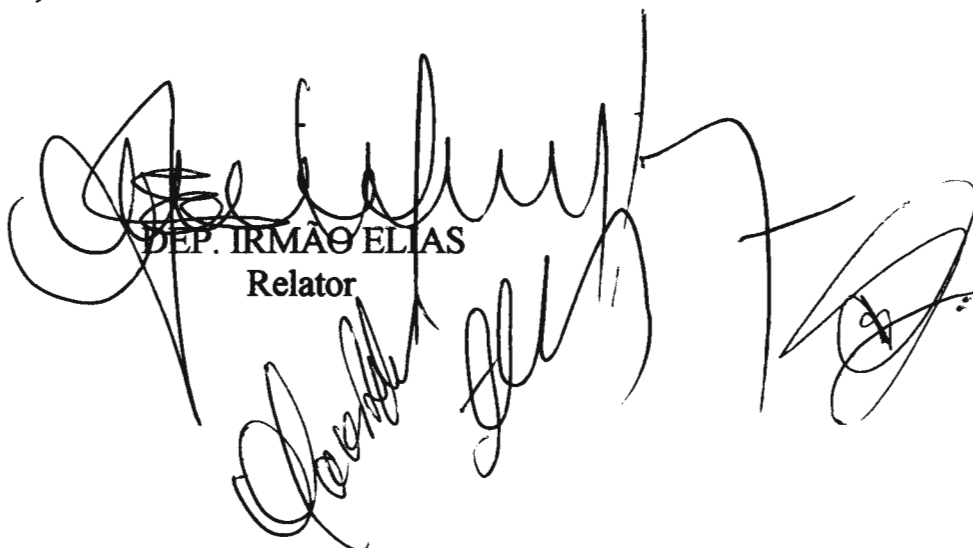
AUTOR: DEP. ISMAR MARQUES
RELATOR: DEP. IRMÃO ELIAS

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, 21	06/12005
Presidente da Comissão de	
Const. e Justiça	
7	

PARECER

A presente proposta do Deputado Ismar Marques trata do reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da Associação dos Deficientes de Luzilândia, sediada no Município de Luzilândia-PI. A citada entidade já presta relevantes serviços aos seus associados e com o seu reconhecimento de utilidade pública estará obtendo condições legais para conseguir recursos que a ajudarão a desenvolver melhor as suas atividades. A matéria está de acordo com os preceitos da legislação em vigor, contendo a documentação pertinente e legalmente exigida. Votamos, portanto, em favor de sua normal tramitação nesta Casa.

Sala das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa,
em Teresina-Piauí, 03 de Maio de 2005.


DEP. IRMÃO ELIAS
Relator



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

LEI N.º DE DE DE 2005

Reconhece de utilidade pública a Associação dos Deficientes de Luzilândia – ADELUZ e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

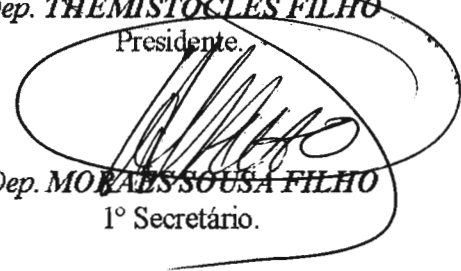
Art. 1º. É reconhecida de utilidade pública a Associação dos Deficientes de Luzilândia – ADELUZ, inscrita no CNPJ sob o nº 06.324.468/0001-18, com sede na cidade de Luzilândia – PI.

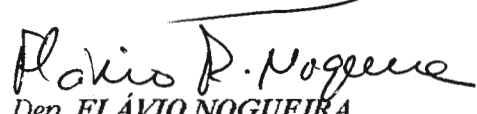
Art. 2º. Ficam garantidos à entidade constante do artigo primeiro desta Lei todos os benefícios assegurados às entidades sem fins lucrativos.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. (PI), 01 de julho de 2005.


Dep. THEMÍSTOCLES FILHO
Presidente.


Dep. MORAES SOUSA FILHO
1º Secretário.


Dep. FLÁVIO NOGUEIRA
2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 197

Teresina(PI), 04 de julho de 2005.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhá-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do *Dep. Ismar Marques* que:

“Reconhece de utilidade pública a Associação dos Deficientes de Luzilândia – ADELUZ e dá outras providências.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR
Digníssimo Governador do Estado do Piauí, em exercício
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

11-606/05